

DO ALGODÃO À INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECCIONADO NA BAHIA

Valter Bastos Cunha Filho
Marilda Socorro Melo

GRUPO DE TRABALHO: GT 10: Indústria e Território no Brasil no século XXI

RESUMO

O trabalho tem por objetivo discutir a produção do algodão baiano, mostrando o potencial do estado, inclusive no que se refere às fibras sintéticas e celulósicas, para propiciarem o incremento da industrialização têxtil e confeccionados na Bahia. Discorre, de modo panorâmico, sobre a introdução da cotonicultura no período colonial brasileiro até os dias atuais, mostrando as relações do comércio nacional e exterior do algodão e têxteis, apontando, sempre, para as condições vantajosas e oportunas que se apresentam no momento e que permitem a Bahia se inserir neste mercado. Conclui propondo alternativas que podem consolidar a indústria têxtil e confeccionado no estado.

Palavras-Chave: Algodão. Comércio Exterior. Indústria Têxtil. Bahia.

INTRODUÇÃO

Spinola (2009) introduz o seu estudo, de sugestivo nome: A Trilha Perdida, que discorre sobre a economia baiana no transcurso do século XX, nos fazendo uma pergunta inquietante:

A difícil transição de um modelo agroexportador, esgotado pelas limitações das vantagens comparativas e pela dependência dos produtores de açúcar, algodão, fumo, café, sisal e cacau aos preços externos, para um novo processo de integração extrarregional, nos moldes do que estabeleceu na Bahia a partir dos anos 50/60, poderia ter seguido rumos diversos, que propiciassem alternativas de desenvolvimento econômico ao estado? (SPINOLA, 2009. p.25)

Hoje, no primeiro quarto do século XXI, a Bahia vivencia um novo ciclo agroexportador, no qual o algodão se destaca pela qualidade da cotonicultura estadual, bem como pela valorização que encontra o produto no mercado internacional. No entanto, a história mostra que se acomodar na condição de exportador de matéria-prima pode se tornar uma opção ingrata. Assim, talvez aprendidas as lições, neste novo ciclo, a Bahia encontre a trilha que nos permita passar do modelo agroexportador para agroindustrial, criando alternativas para o desenvolvimento econômico do estado.

O trabalho tem por objetivo discorrer sobre a produção do algodão baiano, mostrando o potencial do estado, inclusive no que se refere às fibras sintéticas e celulósicas, que propicia o incremento da industrialização têxtil e confeccionados na Bahia. Em apertada síntese, transcorre do período colonial até os dias atuais, mostrando as relações do comércio internacional do algodão e têxteis, apontando, sempre, para as condições vantajosas e oportunas que se apresentam no momento e que permitem à Bahia se inserir neste mercado.

Metodologicamente, o trabalho adota a pesquisa bibliográfica e a análise documental para verificar a concretude do objetivo proposto. A abordagem bibliográfica assume o propósito descritivo, pois visa delinear com clareza o objeto de estudo e sua conceituação. Ademais, busca também reunir e analisar textos que abordam as teorias fundamentais do comércio internacional, como forma de conhecer o assunto e apoiar o trabalho de pesquisa. Ainda no apanhado bibliográfico, serão visitados trabalhos que discutam a cotonicultura e a indústria têxtil.

A análise documental possui caráter descritivo, enquanto se apoia no levantamento de documentos, registros históricos, dados e informações que servirão para materializar a proposta de verificação do potencial baiano no setor têxtil. A pesquisa documental abrangerá os informes econômicos e sociais elaborados a partir das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), bem como, abarcará estudos da Associação Baiana de Produtores de Algodão – ABAPA, Associação Nacional de Exportadores de Algodão – ANEA, Inteligência de Mercado – IEMI, Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções – ABIT, dentre outros.

Referente à estruturação do trabalho, optou-se por dividi-lo em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, discute-se o cultivo do algodão no Brasil colônia. Enquanto na segunda aborda as etapas da cotonicultura baiana. A terceira apresenta o algodão como um produto comercial. A quarta abrange o mercado internacional e o comércio exterior brasileiro de têxtil. A quinta seção expõe o potencial baiano para a indústria têxtil e confeccionado. Por fim, conclui destacando a importância dos atores envolvidos na cotonicultura baiana, ressalta a necessidade de maior integração estadual dos setores produtivos, sugere a diversificação da localização e da produção dos confeccionados entre municípios do estado, e aponta a necessidade da incorporação de valor agregado aos produtos em que o país possui vantagens comparativas.

O algodão no Brasil colonial

Segundo Vainsemcher (2009), as referências históricas sobre o algodão são antiquíssimas. Os egípcios cultivavam o algodoeiro desde 4.500 a.C., bem como as civilizações sudanesa, árabe, indiana, chinesa, dentre outras. A autora registra que somente a partir do segundo século da Era Cristã, o algodão, foi introduzido pelos árabes na Europa; e que, durante a colonização da América, a partir de 1.492 d.C., os espanhóis e portugueses constataram que tanto os povos Incas, como as tribos que habitavam o território brasileiro conheciam e cultivavam certas espécies de algodão, sendo capazes de fiar e tingir tecidos feitos com suas fibras, aproveitar a planta na culinária e usar as folhas na cura de feridas.

Conforme Costa e Bueno (2004), o cultivo do algodão no Brasil, com o uso de espécies nativas e importadas, teve início nos primeiros anos da colonização. Os padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta incentivaram a sua produção em nosso país. Em carta a Simão Rodrigues, superior dos Jesuítas em Lisboa, Nóbrega pediu o envio de tecelões para fiar o algodão e tecê-lo. Porém, a base da economia colonial era o pau-brasil e o açúcar, o algodão destinava-se ao consumo interno, para fabricação de panos grossos para vestir os escravos.

Na província do Maranhão, a partir 1650, se estabelece uma lavoura simplória de algodão, porém em função dos conflitos entre fazendeiros e jesuítas, esses coordenados pelo Padre Antônio Vieira, que na condição de Superior das Missões Jesuíticas, não permitia a escravização indígena. No entanto, em 1759, na administração pombalina em Portugal, os jesuítas são expulsos dos domínios portugueses e há uma vigorosa introdução de negros escravizados no Maranhão, para atender ao crescente plantio da lavoura algodoeira (PEREIRA, 2018, p.633). Costa e Bueno (2004) informam que, em 1753 e 1758, respectivamente, foram criadas duas companhias de comércio para cooperar no transporte do algodão brasileiro. Em 1760, o Maranhão exportou 130 sacas de algodão; em 1830, já havia passado de 69 mil sacas, exportadas para a Europa. No entanto, Azevedo (1929), apud Almeida (2020), explica que as primeiras remessas significativas de algodão do Brasil foi a partir de 1767, que variavam de 150 a 200 mil libras por ano, assim o algodão passou a ser um fator de equilíbrio do balanço comercial da colônia.

Em seguida, a cultura algodoeira se expandiu rapidamente no Brasil. Costa e Bueno (2004), destacam, ainda, que a partir de 1776, em função do conflito armado entre a Inglaterra e sua colônia na América (EUA) pela independência, produtora de algodão, o governo português tirou proveito aumentando a produção colonial para suprir as fábricas inglesas. Segundo Casal (1945), em trabalho denominado Corografia Brasílica (1817), neste período houve uma

expansão do plantio de algodão que se estendeu do Nordeste para as províncias de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Costa e Bueno (2004), destacam que desde 1750 as autoridades portuguesas preocupavam-se com a multiplicação de teares que ocorria na colônia, principalmente em Minas Gerais, por temerem que a atividade têxtil prejudicasse o trabalho de extração do ouro. No Brasil, a produção de tecidos de algodão grosseiros, destinados à crescente população escravizada e os empobrecidos, se tornara uma atividade lucrativa. No entanto, temendo a fuga de mão de obra da lavra mineral para a indústria manufatureira, D. Maria I, decreta o Alvará de 5 de janeiro de 1785 (Arquivo Nacional). A medida intentava proibir a colônia de encetar uma produção manufatureira que substituisse parte do comércio obrigatório com a metrópole. O alvará, entretanto, atingiu pouco as manufaturas coloniais, tendo em vista a isenção estabelecida aos tecidos grossos de algodão, que constituíam a maior parte da produção da colônia:

[...] para evitar a “falta de braços”, as fábricas, manufaturas e teares, de tecidos, galões, bordados de ouro e prata. Proíbe-se a produção de tecidos de seda, linho, lãs e finos de algodão, ou qualquer mistura entre eles, permitindo apenas as fazendas grossas de algodão, usadas para vestimentas de escravos, para produção de sacos para enfardar gêneros e usos afins[...] (Alvará de 5 de janeiro de 1785).

Todavia, o texto da Lei contribuiu para obstruir o incremento da manufatura têxtil na colônia brasileira, uma vez que impôs limites ao seu crescimento, reservando à mesma o papel de exportadora de matéria-prima (algodão) e a produção de tecidos grosseiros de baixo valor agregado. Nesta condição, a situação se manteve até a chegada da família real portuguesa, em 1808, quando D. João VI revogou o decreto e abriu os portos brasileiros ao comércio internacional.

Importante ressaltar que até então o algodão produzido no Brasil, segundo a Associação Baiana de Produtores de Algodão – ABAPA (2024), era da variedade G. Barbadense, tipo arbóreo e, portanto, perene. O plantio de algodão herbáceo, ou anual, seria introduzido no Brasil a partir de 1860, por iniciativa da Inglaterra, como uma estratégia para diminuir sua dependência da produção americana, oscilante na oferta em função da Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

O algodão na Bahia

Como exposto, a cotonicultura se espalhou pelas principais províncias brasileiras, chegando até a Bahia. Segundo Almeida (2020), no sertão baiano, o cultivo do algodão prosperou em

larga escala, o que podemos denominar do primeiro ciclo da cotonicultura baiana. O autor informa que, até meados do século XIX, o Sertão de Caetité fornecia algodão para abastecer a demanda da Bahia e Minas Gerais. Segundo Spinola (2009), a produção baiana de algodão da safra de 1864/1865 atingiu 65.458 arrobas (962 toneladas), e em 1867/1868 - 446.726 arrobas (6.567 toneladas), um crescimento de 583%. Mas, reportando-se a esse período e às dificuldades logísticas, Almeida (2020) descreve que o Sertão Baiano era servido por estradas coloniais limitadas, com rios e riachos sem pontes, que criavam obstáculos repletos de imprevistos, o que dificultava o transporte do algodão colhido para os centros consumidores. Assim, “o algodão que dava com gosto nas terras altas reclamava caminhos” (ALMEIDA, 2020, p.14).

Todavia, apesar das condições logísticas precárias, uma crescente industrialização têxtil se instalaria na Bahia, como retrata Almeida (2020):

Entre 1890 e 1891, criam-se cinco companhias do ramo têxtil: a União Fabril, consórcio de cinco fábricas existentes; uma de capitais baianos, estabelecida em Sergipe, Estância; outra, a poderosa Companhia Progresso Industrial da Bahia, com 10.000 contos de capital, é a mais notável de todas; a empresa de Luís Tarquínio, a Companhia Empório Industrial do Norte. Esta empresa construiu o conjunto fabril que terá sido o mais moderno, naquele momento e a experiência social mais avançada da época (ALMEIDA, 2020, p.33).

Souza, Souza e Spinola (2019), em um auspicioso trabalho de reconstrução historiográfica intitulado: Ascensão e Queda de um Centro Industrial Urbano: a Península de Itapagipe em Salvador/Bahia, citam algumas das indústrias têxteis localizadas em Salvador, com os respectivos anos de fundação: Indústria Têxtil Nossa Senhora da Conceição (1835); Indústria Têxtil Nossa Senhora da Penha (1875); Companhia Fabril dos Fiaes (1890); Indústria Têxtil Companhia Empório Industrial do Norte (1891); Fábrica Têxtil Paraguassú (1909).

Buscando mostrar a fragilidade em que se assentava esta incipiente industrialização, Spinola (2009) explica que a produção de algodão no Brasil, e consequentemente na Bahia, sempre foi dependente das flutuações dos preços internacionais do produto. Segundo o autor, quando findou a Guerra Civil Americana (1865), a produção, os preços e a participação da cotonicultura na pauta de exportação baiana declinaram, resumindo-se na safra 1877/1878 a 2.349 arrobas (34,5 toneladas). O algodão exportado pelo Brasil era onerado pelo excessivo custo do frete e sobretaxado nos países importadores, enquanto o produtor dos Estados Unidos não pagava imposto algum. Também, os custos logísticos dos americanos eram inferiores, possibilitando a oferta do produto no mercado com menor preço, aliado à sua qualidade técnica superior, que tornou a concorrência impraticável. Assim, com os produtores endividados, na década de 1880 a produção de algodão na Bahia não foi suficiente sequer

para o suprimento das fábricas têxteis locais, que passaram a importar o insumo de outras províncias.

Este período marca o início da desagregação da indústria têxtil baiana, bem como a decadência da cotonicultura no estado. Segundo Mariani (2020), a cotonicultura estava inteiramente abandonada dos poderes públicos, não havia distribuição de sementes, e os campos de experimentação e seleção de aprimoramento eram precários. A cotonicultura “sobrevivia ao sabor das estações e da rotina” (MARIANI, 2020, p. 146). Tal fato, associado a outros fatores, como a não adequação aos novos padrões tecnológicos, a falta de estrutura logística e a concorrência com os produtos fabricados no sul do país, contribuiu para a agonizante falência da indústria têxtil baiana, que se estendeu até meados do século XX.

Um segundo momento da cotonicultura baiana ocorre na década de 1980. A ABAPA (2024) relata que neste período as lavouras ganharam força no Vale do Iuiú, no sudoeste do estado, onde o município de Guanambi figurava como o grande produtor da fibra. A região chegou a ter 331 mil hectares plantados com algodão. No entanto, sem o devido acompanhamento técnico, a lavoura veio praticamente à ruína. O uso intensivo da grade aradora terminou por compactar o solo; a prática da reforma das lavouras, em lugar da erradicação das plantações de uma safra para a outra, criou as condições para que pragas como o bicudo-do-algodoeiro e o pulgão se alastrassem, e atividade se tornou economicamente insustentável na região. Assim, a cotonicultura ainda existe no Vale do Iuiú, mas em padrões familiares, bem distante da pujança dos tempos passados.

Em uma nova etapa, no início da década de 1990, o Cerrado baiano se apresentou como um espaço promissor, possível para o plantio de algodão. Apesar das limitações do solo, que foi caracterizado por Silva (2021) como predominante, profundo (Latossolos) de coloração vermelha a amarela, pobre em nutrientes, com alta taxa de acidez e abundante presença de alumínio, naturalmente pouco fértil, teve início o desafio. Os pioneiros observaram que a topografia plana, fator que permitia a mecanização de todas as etapas do processo produtivo; clima seco, portanto, com menor propensão a pragas e doenças; alta luminosidade; estação chuvosa bem definida, com estiagem ao longo do ano, e a abundância de água, dos rios perenes e aquíferos, seria possível viabilizar uma produção algodoeira em larga escala, que compensaria o custo da correção do solo.

A Associação Baiana de Produtores de Algodão – ABAPA (2024) conta que o projeto de plantar algodão no Cerrado baiano demandou a influência de entusiastas. Os primeiros a

enfrentarem o desafio foram os produtores João Carlos Jacobsen, que, em 1995, implantou 50 hectares de algodão, no município de Formosa do Rio Preto, e Ademar Marçal, com 20 hectares, em Riachão das Neves. Nos anos seguintes, com a adesão de outros produtores, na safra de 1997/1998, no Oeste da Bahia, já havia 8 mil hectares plantados. Com o propósito de buscar aperfeiçoar tecnicamente o plantio do algodão e exercer liderança no ano de 2000, foi fundada a Associação Baiana de Produtores de Algodão – ABAPA. Desta forma, uma cotonicultura moderna e tecnológica, atenta à expertise do manejo do algodão, e a organização da sua cadeia produtiva surgiu no Oeste da Bahia.

Segundo a ABAPA (2024), com base na safra baiana (2023), que atingiu 1,74 milhões de toneladas de algodão em caroço, em uma área plantada de 364 mil hectares, os dez principais municípios produtores de algodão estão localizados na Região Oeste da Bahia, concentrando 81,70% da produção estadual.

O algodão como um produto comercial

Preliminarmente, para melhor compreensão dos valores que envolvem a cotonicultura, se faz necessário o entendimento de alguns conceitos básicos. A Coleção Agroindústria Familiar - EMBRAPA (2009) explica que o algodão, quando colhido no campo é denominado de algodão em caroço (capulho), ou seja, sem nenhum tipo de beneficiamento. Algodão em pluma é o produto resultante do processo de beneficiamento do algodão em caroço. A operação, que corresponde ao beneficiamento do algodão, ocorre antes da industrialização têxtil e consiste em separar a fibra das sementes, por meio de processos mecânicos, em que se retira o caroço, obtendo-se fibras limpas e prontas para a fiação.

Segundo a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, órgão de assistência técnica do Governo do Estado de São Paulo, o caroço de algodão possui significativo valor nutricional e pode ser utilizado como alimentação bovina, formação de bancos de sementes e à extração de óleo, utilizado em produtos alimentares humanos e para fins de biodiesel. A ABAPA (2021) apresenta, para o algodão produzido na Bahia, uma proporção média de 41% entre o capulho (algodão em caroço) e a pluma. Assim, tem-se que em 1000kg de capulho, retira-se, aproximadamente, 410 kg de pluma.

Outro subproduto importante do algodão são os línters. Segundo a Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (1977), por volta de 1900, a fim de extrair o óleo do caroço do algodão com rendimento máximo, se fazia necessário retirar as fibras grossas que ficavam adherentes aos mesmos, após a remoção da pluma. Esses resíduos denominados línters, a

princípio indesejáveis, se tornaram uma matéria-prima valiosa. O línter possui maior concentração de celulose, quando comparado à madeira, e necessita de um processo químico muito mais brando para ser aproveitado. A celulose de línter é utilizada para produção de papel filtrante para gás e líquidos industriais, papel cromatográfico, na confecção de papéis especiais para títulos honoríficos, inclusive papel-moeda, dentre outros. Na indústria farmacêutica, serve para produção de algodão hospitalar, gaze, ataduras, tecidos cirúrgicos e na indústria têxtil, possui ampla aplicação na fabricação da fibra artificial denominada viscose.

Segundo a Agência IBGE Notícias - Safra (2023), os estados do Mato Grosso e Bahia lideram o plantio e a produção do algodão no país. Em 2023, a produção brasileira de algodão em caroço totalizou 7,5 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 18,3% em relação à safra anterior. Com base na safra 2023, 90,2% o plantio do algodão concentra-se nos estados do Mato Grosso, com 1,23 milhão de hectares, e Bahia, que possui 364 mil hectares cultivados. A produção mato-grossense de algodão em caroço alcançou 5,35 milhões de toneladas, enquanto a baiana atingiu 1,74 milhões de toneladas. Em termos de produtividade por hectares plantados, a Bahia apresenta melhor desempenho. A produtividade mato-grossense atinge 4,36 ton./ha, enquanto a baiana alcança 4,78 ton./ha, ou seja, aproximadamente 10% maior. A cotonicultura mato-grossense gerou, em valor bruto, R\$ 20,3 bilhões, com retração, em relação à safra (2022), de 13,3%, enquanto a Bahia totalizou R\$ 7,3 bilhões, representando um aumento de 7,0% em relação à safra anterior.

Quanto a exportação, segundo a ABAPA (2024), com base na safra (2021/2022), as exportações brasileiras de algodão alcançaram 1.794.823 toneladas. Deste total exportado, a Bahia contribuiu com 18%, correspondendo a 302,3 mil toneladas. Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Algodão – ANEA (2024) a safra 2023/2024, de 1.392.576 mil toneladas, teve como principais destinos das exportações brasileiras: China – 41,43%; Vietnã – 17,45%; Bangladesh -12,46%; Turquia – 9,77%; Paquistão – 7,40%; Indonésia – 5,06% e Malásia – 2,76% e Coreia do Sul – 1,18%, ou seja, todos países asiáticos. Neste sentido, agosto de 2024, a ABAPA (2024) informou que recepcionaram, em Luís Eduardo Magalhães-BA, representantes das indústrias têxteis de vinte e três países, dentre os quais: Bangladesh, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Honduras, Índia, Paquistão e Turquia. Segundo Luiz Bergamaschi, presidente da ABAPA, o propósito foi:

Estamos abrindo caminhos para que compradores de todo o mundo tenham a oportunidade de, pessoalmente, observar a tecnologia avançada aplicada à produção sustentável e ao sistema produtivo, ao mesmo tempo em que

destacamos o algodão de qualidade produzido na Bahia. Nossa objetivo é assegurar que o empenho incansável de nossos produtores seja convertido em resultados para o nosso algodão (ABAPA. BERGAMASCHI, 2024).

Segundo previsão da Associação Nacional de Exportadores de Algodão - ANEA (2024), que defende os interesses da cadeia produtiva e promove as exportações brasileiras de algodão, entre julho de 2024 e junho de 2025, o Brasil alcançará 2,8 milhões de toneladas de plumas de algodão exportadas, ou seja, uma média de 233 mil toneladas por mês. Um recorde que colocará o país como o maior exportador mundial de algodão, ultrapassando os Estados Unidos.

As conquistas alcançadas pela cotonicultura nacional são bem-vindas e devem ser comemoradas com entusiasmo. Todavia, seria importante observar que agregar valor à matéria-prima mediante a industrialização deve se tornar um objetivo permanente. No contexto de mercado, se situar apenas na condição de fornecedor de matéria-prima se constitui em equívoco econômico, bem como numa incorreção estratégica. Os fatos históricos nos mostram a vantajosidade das nações que se lançaram no desafio da industrialização. A indústria têxtil, que se utiliza em larga escala das fibras do algodão, movimenta no comércio internacional cifras vultuosas e o Brasil necessita atentar e se capacitar para inserir-se de modo vigoroso neste mercado extremamente promissor.

O mercado têxtil internacional

Aguiar Neto (1996), discutindo a indústria têxtil, diz que o linho, o algodão e a lã, que foram as primeiras fibras usadas pelo homem, tiveram “companheiras artificiais” no final do século XIX. As novas fibras artificiais provocaram uma revolução na indústria têxtil e de confecções, além de mudanças comportamentais. Neste sentido, de modo poético, o autor se expressa:

As fibras se esbaram, mas se encontram. São divididas em grupos, mas coabitam. São provenientes de panelas diferentes, mas participam do mesmo molho. São unidas, pois delas depende toda a Cadeia Têxtil e Confecções (AGUIAR NETO, p. 11).

Segundo Aguiar Neto (1996), no início do século XX, a descoberta e lançamento no mercado das fibras artificiais celulósicas transformou a viscose em um marco de originalidade. A fibra artificial celulósica é obtida da polpa da madeira ou dos “linters” de algodão, sendo a viscose a mais consumida, que passou a ter ampla aplicação na indústria têxtil. Na década de 1920, as análises de raios-x permitiram conhecer a cadeia molecular da celulose e a sua potencialidade de formar fibras. Na década de 1940, aparece a produção industrial do Nylon

(poliamida), que foi acompanhada pela descoberta de outros polímeros capazes de formar fibras artificiais, tais como os poliésteres, os poliacrílicos e os poliolefínicos. Assim, surgiram grandes complexos industriais que iniciaram a produção das novas fibras. Em seguida ocorreu o aperfeiçoamento contínuo de todos os estágios de formação das fibras artificiais.

Araújo e Castro (1984) classificam as principais fibras têxteis como: fibras de origem natural – animal (lã e seda) e vegetal (algodão, linho, cânhamo e juta); fibras artificiais – celulósicas (viscose) e sintéticas (poliéster, nylon e acrílico). Na indústria têxtil, para garantir características próprias ao tecido, essas fibras são utilizadas em larga escala de modo combinado. Kronka (2024), baseada no Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira – 23^a edição, informa que, entre 2013 e 2023, o consumo mundial de fibras têxteis teve um crescimento médio anual de 3,9%, sendo que as fibras naturais cresceram a uma taxa de 4,1% ao ano e as fibras artificiais 3,3% no intervalo de dez anos. Conforme dados da Portugal Têxtil (2023), a produção mundial de fibras, naturais e artificiais, no ano de 2021, alcançou 113 milhões de toneladas, e a instituição projeta um incremento para 2030 de 31,9% do mercado, atingindo 149 milhões de toneladas de fibras têxteis. No total das fibras produzidas e comercializadas no mercado internacional em 2021, as sintéticas juntas (poliéster, poliamida, polipropileno, acrílica e poliuretano) representam 64,1%; o algodão 27% e as celulósicas 6,4%; constituindo-se nas três principais origens das matérias-primas da indústria têxtil para produção de fibras.

No cenário econômico internacional de têxteis e confeccionados, segundo o Relatório Brasil Têxtil 2024, editado pelo IEMI – Inteligência de Mercado, em 2023, o comércio do setor movimentou US\$ 807,7 bilhões, a China lidera o ranking de faturamento com US\$ 253,9 bilhões, representando 31,43% das exportações globais. O Brasil, por sua vez, faturou, no mesmo período, US\$ 0,90 bilhões em exportações têxteis e confeccionados, que representa apenas 0,11% dos negócios internacionais.

Figura 01: Principais países exportadores de têxteis e confeccionados 2023

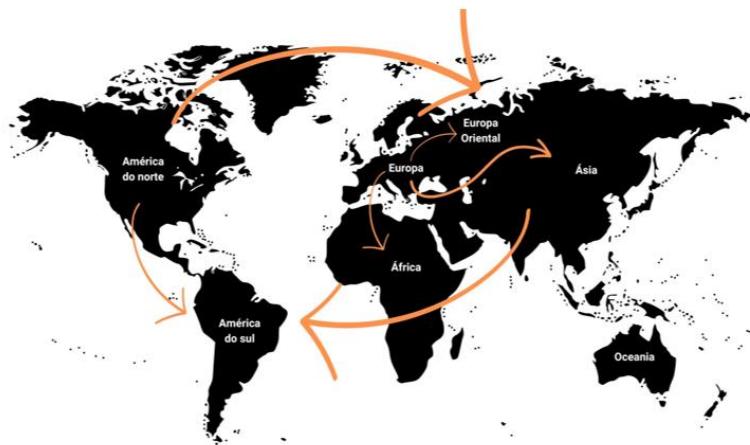


Fonte: Inteligência de Mercado-IEMI 2024

A Figura 01, retrata o desempenho, em termos de faturamento/participação no mercado global têxtil, classifica o Brasil como 37º país colocado. Constam, ainda, em destaque, nos retângulos, os países exportadores que possuem custos de produção equivalentes ou superiores aos do Brasil, mas que se situam acima no ranking de faturamento. Tal condição mostra que, mesmo com desvantagens comparativas em relação aos países asiáticos, que dominam o mercado, o Brasil poderia se encontrar melhor posicionado no comércio internacional.

O painel apresentado pela Inteligência de Mercado – IEMI (2024) busca captar as tendências migratórias da produção do setor têxtil e confeccionado no cenário global nas últimas décadas. O trabalho informa que, na década de 1990, em busca de mão de obra abundante, baixos custos de produção, baixa regulação e incentivos à exportação, houve uma migração das indústrias têxteis para a Ásia. No entanto, a partir de 2000, foi possível perceber o início de um deslocamento do fluxo produtivo têxtil na direção dos países da África e América do Sul.

Figura 02: Migração da produção têxtil e confeccionados – década 90 e anos 2000



Fonte: Inteligência de Mercado – IEMI (2024)

No Brasil, em 2023, a Inteligência de Mercado-IEMI (2024) aponta que a cadeia de produção têxtil, mesmo sendo reduzida quando comparada ao contexto do comércio internacional, possui 1,3 milhão de pessoas ocupadas, tendo 757 mil empregos diretos, que representa 9,7% dos trabalhadores alocados na indústria de transformação nacional. No ano de 2023, **a cadeia têxtil, que conta com 25,8 mil unidades produtivas no país, gerou cerca de R\$ 203,8 bilhões em negócios, que equivale 4,4% da receita líquida da indústria brasileira de transformação**, excetuando as indústrias de extração mineral e da construção civil.

Assim, considerando a potencialidade do setor têxtil e a janela de oportunidades aberta para a América do Sul, inclusive com a recém-aprovação do acordo Mercosul-União Europeia, fato que confirma a tendência citada, e tendo verificado que o país se posiciona muito aquém no comércio exterior têxtil, não seria demais pensar e propor a possibilidade de uma indústria têxtil brasileira mais forte e pujante. Neste sentido, o estado da Bahia reúne variadas condições que lhe permitem contribuir de modo decisivo para o crescimento da indústria têxtil nacional.

O potencial baiano para indústria têxtil

Como observado, as principais fibras utilizadas pela indústria têxtil no mundo são as provenientes do algodão, as sintéticas e celulósicas, que juntas representam 97,5% da produção internacional. Em nossa exposição, mostramos a capacidade produtiva e qualitativa do algodão na Bahia. No entanto, o estado apresenta satisfatório potencial de produção de fibras sintéticas e celulósicas que, em apertada síntese, passamos a expor.

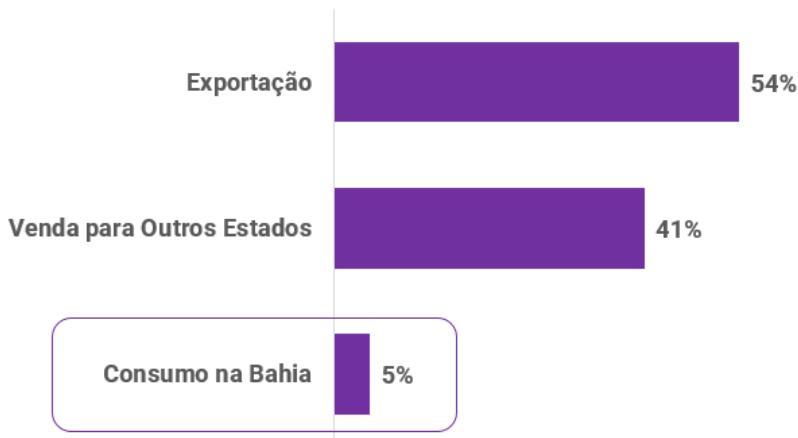
Na Bahia, segundo o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari – COFIC (2024), encontra-se o primeiro complexo petroquímico planejado do país, o Polo Industrial de Camaçari, em operação desde 1978, considerado um dos maiores complexos industriais integrados do hemisfério sul, possui mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade, com faturamento anual de US\$15,00 bilhões. O Polo de Camaçari responde por 15% das exportações baianas e 22% do PIB da indústria de transformação do estado. Possui capacidade de produção superior a 12 milhões de toneladas/ano de produtos químicos, petroquímicos básicos, intermediários e finais. As empresas instaladas já produzem e outras reúnem condições de produzir, caso sejam demandas, todas as matérias-primas necessárias às fibras sintéticas, tais como: poliéster, poliamida, polipropileno, acrílico e poliuretano. Deste modo, o estado da Bahia se coloca em grande vantagem comparativa na possibilidade da produção das chamadas fibras sintéticas.

Quanto à capacidade baiana de produção celulósica, no Polo de Camaçari está instalada a mais importante fábrica de celulose especial da América do Sul, a empresa Bracell, que é a maior usuária do Porto de Salvador. Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado – Seplan (2021), no ano de 2020, essa unidade produziu 500 mil toneladas de celulose solúvel. Deste total, o mercado interno foi atendido com 1%, as demais foram exportadas para os Estados Unidos, países europeus e a China, que recebe 50% desta matéria-prima que é utilizada na produção da fibra de viscose.

Segundo a Associação Baiana das Empresas de Base Florestal - ABAF (2023), o estado da Bahia detém 700 mil hectares (ha) de florestas plantadas, com predomínio do eucalipto, destinadas à produção de celulose, ocupando o 4º lugar no ranking nacional de cultivo do gênero. Trata-se de um informe importante, pois mostra a potencialidade do estado na produção celulósica. O plantio concentra-se nas regiões baianas de produção – Extremo Sul, Sudoeste, Oeste e Litoral Norte, com destaque para o Extremo Sul, sobretudo nos municípios de Eunápolis e Mucuri, onde estão instaladas, respectivamente, as indústrias: Veracel Celulose (Suzano e Stora Enso) e a Bahia Sul Celulose (Grupo Suzano), que produzem celulose solúvel, matéria-prima das fibras celulósicas.

Todavia, em que pese o potencial baiano, no cenário nacional de produtos têxteis e confeccionados a Bahia situa-se muito aquém do que poderia. Essa realidade de baixa produção têxtil se reflete nos informes apresentados pela Inteligência de Mercado – IEMI (2024), que mostram a destinação da produção baiana de plumas do algodão:

Figura 03: Destinação da produção baiana de plumas do algodão (2023)



Fonte: Inteligência de Mercado – IEMI (2024)

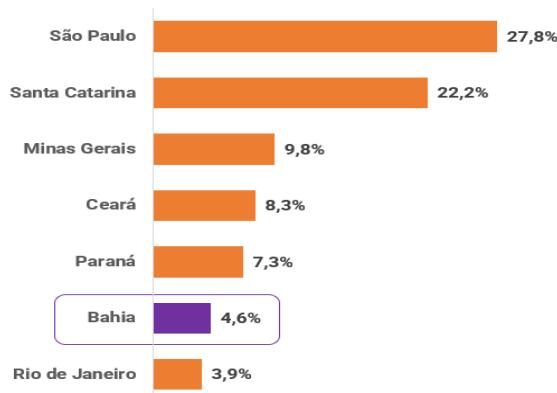
Da Figura 03, tem-se que 54% da produção de plumas do algodão produzidas na Bahia destina-se ao mercado externo; 41% se constitui em vendas para outros estados e apenas 5% da produção se destina ao abastecimento da indústria têxtil local. Segundo o IEMI (2024), no ano de 2023, a Bahia produziu 615 mil toneladas de pluma de algodão, mas o mercado baiano consumiu apenas 29 mil toneladas.

De acordo com IEMI (2024), em 2023, a indústria baiana de têxteis e confeccionados - T&C contava com 428 unidades produtivas, que representam 9,2% do setor no Brasil. As empresas da cadeia têxtil no estado empregam cerca de 35,6 mil pessoas, que equivale a 1,8% dos empregos no estado e a 2,7% do total nacional no setor. No estado, digno de nota, é o trabalho desenvolvido no Condomínio Bahia Têxtil – CBT em Salvador. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Bahia (2024). O CBT ocupa uma área de 20 mil metros quadrados, abriga 24 empresas da cadeia têxtil, com 800 empregos diretos, produz anualmente em média 4,0 milhões de peças confeccionadas, que movimenta cerca de R\$ 180 milhões em negócios. No mesmo espaço, funciona o Bahia Têxtil Center, um centro de lojas que amplia a atuação do CBT, gerando mais 200 postos de trabalho. No cenário estadual destacamos a informação da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções – ABIT (2023), que, em 2025, será inaugurado em Vitória da Conquista, o Polo Têxtil da cidade. Com previsão de investimentos de R\$ 374 milhões e a pretensão de gerar 8 mil empregos diretos.

No entanto, apesar das perspectivas, conforme IEMI (2024), no ano 2023, a Bahia produziu 150,8 mil toneladas de têxtil, o que representou uma queda na produção em relação ao ano anterior de 2,8%; e 268,3 mil toneladas de peças confeccionadas, também com queda

produtiva de 5,5%. No referido ano, de 2023, a produção baiana de T&C, envolvendo os artefatos confeccionados por fibras naturais, sintéticas e celulósicas, representou 4,6% da produção nacional.

Figura 04: Participação estadual na produção têxtil e confecções (2023).



Fonte: IEMI (2024)

Quanto à participação na produção têxtil e confeccionados nacional entre os estados, a Bahia representa apenas 4,6% da produção do país. O estado do Ceará com 8,30% da produção de T&C, tornou-se o principal polo têxtil do Nordeste. Assim, preocupados com os números do contexto baiano, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções – ABIT, reconhecendo o potencial produtivo da Bahia, promoveu, em outubro de 2024, o Congresso Internacional da ABIT, em Salvador, sob o tema Conexões Brasil – Mundo: Caminhos Estratégicos Para a Competitividade.

O Congresso Internacional da ABIT (2024), inicialmente pontuou as vantagens competitivas baianas, no que se refere ao mercado consumidor: segundo maior produtor de fibras de algodão do país; maior PIB industrial do Nordeste e sétimo do Brasil; maior mercado consumidor de bens e serviços do Nordeste; sétimo maior mercado consumidor de moda e linha do lar do país; destino turístico que mais cresce no país, alcançando o terceiro lugar. Quanto à logística: localiza-se como o estado nordestino mais próximo dos mercados consumidores do Sul e Sudeste; principal rota de transporte rodoviário entre o Nordeste e o Sul/Sudeste; possui serviços de transporte e logística com qualidade; maior complexo portuário do Nordeste, sendo o terceiro do país.

Assim, no evento, a indústria têxtil baiana foi desafiada a atingir metas. Para tanto, foram apresentadas propostas para o setor das manufaturas têxteis, fios, tecidos e não tecidos:

elevar os empregos atuais de 13 mil, para até 79 mil pessoas ocupadas; aumentar a produção atual de 151 mil, para até 730 mil toneladas ano; e incrementar o valor da produção atual de R\$ 4,7 bilhões, para até R\$ 23,0 bilhões ano. Na produção de confeccionados, roupas, meias, acessórios e linha do lar: elevar os empregos atuais de 23 mil, para até 616 mil pessoas ocupadas; aumentar a produção atual de 264 milhões de peças, para até 2,2 bilhões de peças ano, e incrementar o valor da produção atual de R\$ 6,7 bilhões, para até R\$ 111 bilhões ano.

O Congresso Internacional da ABIT (2024), ainda, apontou caminhos estratégicos para atingir as metas propostas, dentre os quais destacamos: divulgar as vantagens competitivas do estado; identificar áreas com vantagens locacionais; articular com prefeituras e outros agentes o apoio necessário à implantação de empreendimentos ligados à cadeia têxtil; adotar medidas que visem aprimorar e agilizar as conceções das licenças necessárias; suprir o estado de condições de fornecimento de energia elétrica disponível e confiável para a operação industrial; identificar possibilidades de adoção de incentivos fiscais e linhas de financiamentos que viabilizem os investimentos têxteis na Bahia.

Outros aspectos relevantes foram levantados no Congresso Internacional da ABIT (2024), que são absolutamente necessários para o incremento da indústria têxtil baiana, tais como: incentivar a formação de economias de aglomeração do setor de confecções; atentar para os múltiplos modelos de negócios para que sejam baseados nas vocações locais; manter o protagonismo da certificação do algodão baiano e ampliar para outras fibras vegetais; buscar alcançar o aperfeiçoamento industrial com a descarbonização dos procedimentos e a chamada bioeconomia, visando atender a demanda global por produtos mais sustentáveis.

CONCLUSÃO

O novo ciclo produtivo do algodão na Bahia difere das ações passadas, pois se apresenta de modo consistente, com aplicação de tecnologia e pesquisa de ponta que têm alcançado resultados quantitativos e qualitativos, que demonstram a responsabilidade dos envolvidos na cadeia produtiva da cotonicultura baiana. Observa-se, ainda, um esforço permanente dos produtores baianos em obter o máximo proveito comercial da pluma e de outros subprodutos do algodão. Destaca-se o trabalho desenvolvido pela Associação Baiana dos Produtores de Algodão-ABAPA, no propósito de conquistar novos mercados nacionais e internacionais para o algodão baiano.

A agroindústria celulósica e petroquímica, que produzem matéria-prima para fabricação de fibras têxteis artificiais e sintéticas, que se apresentam bastante consolidadas. No entanto, é

perceptível a necessidade da construção de canais de interlocução entre os setores produtores de algodão, a agroindústria celulósica e a indústria petroquímica, todos com forte presença no estado, de modo a oferecer confiabilidade de fornecimento, para atrair indústrias de transformação, que utilizem as respectivas matérias-primas transformando-as em fibras têxteis. Vale argumentar que a implantação de indústrias de transformação requer capital humano qualificado e não foi possível identificar a existência de curso superior em engenharia têxtil na Bahia, ofertado por instituição pública ou privada. O Governo do Estado da Bahia, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão-ABAPA, as instituições de ensino superior, dentre outras entidades, poderiam de maneira integrada e planejada capitanejar essas ações.

Quanto à logística, observa-se que as regiões produtoras estão localizadas no estado em pontos distantes entre si. A produção do algodão prevalece na Região Oeste da Bahia, a agroindústria celulósica no Extremo Sul e a indústria petroquímica na Região Metropolitana. A essencial aproximação entre esses polos produtores, que facilitaria o florescer das indústrias de transformação de fibras têxteis, dentre outras medidas, passa pelo investimento na duplicação e/ou melhorias das principais rodovias que cortam o estado, as BR101; BR116; BR 324 e BR242, bem como a conclusão da Ferrovia da Integração Oeste Leste – FIOL. Neste sentido, faz-se necessário um esforço de toda a bancada política baiana, de modo apartidário, e da sociedade civil organizada no propósito de superar o gargalo logístico estadual.

No que tange ao setor de confeccionados, sugere-se a criação de centros produtivos, localizados em diversos municípios do estado, que fabriquem de modo direcionado por setor: roupa íntima, esporte e praia, social, linha infantil, artigos de decoração, cama e mesa, uso hospitalar, fardamento, dentre outros. Desta forma, constituindo uma rede especializada de microempreendedores e/ou cooperados, tal medida possivelmente resultaria em uma experiência salutar de geração de emprego e distribuição de renda. A União dos Municípios da Bahia – UPB poderia ser mentora da organização, produção e seleção dos municípios envolvidos; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, responderiam pelo treinamento e capacitação de pessoal, e o Banco do Nordeste – BNB, garantiria o crédito para financiamento de construção de galpões padronizados, máquinas e equipamentos.

Ressalta-se a particularidade dos confeccionados destinados a atender à grande demanda sazonal de artigos e adereços ligados aos festeiros culturais e religiosos. Na Bahia em

particular, existe uma demanda de confeccionados específicos direcionados aos festejos carnavalescos, juninos, religiosos, etc. que movimenta recursos significativos, e que exigem design e estamparia diferenciadas. Neste sentido, a Bahia já se mostrou um celeiro de criatividade. No entanto, conforme artigo de Battaglia (2024), as fitinhas do Bonfim, símbolo da crença estadual, em sua maior quantidade, hoje são produzidas em poliéster, não em algodão como determina a tradição, no interior de São Paulo.

Em um período internacionalmente conturbado, os desafios do comércio exterior brasileiro se relacionam com a criação de políticas de estado, científica, tecnológica, logística e comercial, que possibilitem a qualificação e a incorporação de valor agregado aos produtos em que o país possui vantagens comparativas. A Bahia, como exposto no presente trabalho, nos parece reunir condições de encontrar a “trilha” que conduza do algodão a uma indústria de T&C, capaz de melhorar a receita econômica e contribuir para atenuar as desigualdades sociais no estado.

REFÉRENCIAS

AGUIAR NETO, Pedro Pita. Fibras Têxteis. SENAI-CETIQT. v.1. 341.p. Rio de Janeiro. 1996.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio.p.8-45. PESSOTTI, Gustavo Casseb (Org.). **Memórias da Economia Baiana**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Salvador, 2020. 408 p.

ARAÚJO, Mario de. CASTRO, Ernesto Manuel de Melo e. Manual de Engenharia Têxtil. v.2. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1984

Associação Baiana das Empresas de Base Florestal – ABAF. **Relatório Florestal 2023**. Salvador, 2023. 51 p.

Associação Baiana de Produtores de Algodão – ABAPA (2011). **Vale do Iuiú é Destaque na Produção de Algodão Baiano**. Barreiras, 2011. 23 p.

Associação Baiana de Produtores de Algodão – ABAPA. **Produtividade e qualidade de fibra marcam o fechamento da safra 2020/2021 para o algodão da Bahia**. Barreiras, 2021. 15p.

Associação Baiana de Produtores de Algodão – ABAPA. **Algodão e Bahia: afinidade histórica**. Barreiras, 2024.10p.

Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel - ABTCP. **“Linters” de Algodão: um produto secundário da recuperação de algodão com propriedades valiosas para as indústrias de celulose e de papel**. São Paulo, 1977. 13 p.

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções – ABIT. **Bahia terá polo têxtil em Vitoria da Conquista**. São Paulo, 2023. 12 p.

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções – ABIT. **Congresso Internacional da ABIT 2024.** São Paulo, 2024. 23 p.

Associação Nacional dos Exportadores de Algodão-ANE. Exportação de Algodão: Além do Plantio e da Colheita. São Paulo, 2024. 03 p.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SDE. **Condomínio Bahia Têxtil inaugura centro de lojas que vai gerar cerca de 200 postos de trabalho e deve movimentar 100 milhões no segundo semestre.** Salvador, 2024. 02 p.

Bahia. Secretaria de Planejamento-Seplan (2021). **Maior produtora de celulose solúvel da América Latina recebe comitiva do Governo do Estado.** Salvador, 2021. 07 p.

BATTAGLIA, Rafael. Quem inventou as fitinhas do Bonfim? **Super Interessante.** 06 set. 2024.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA. **Coleção Agroindústria Familiar.** Brasília, 2009, 2024. 27 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. PAM 2023: Safra bate recorde, mas valor da produção cai. **Agência IBGE Notícias.** Brasília, 10 out. 2024.

BRASIL. Arquivo Nacional. **O Alvará de 05 de janeiro de 1785.** Disponível em: <https://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=5420:alvara-de-5-de-janeiro-de-1785&catid=2069&Itemid=215>. Acesso em: 07 out. 2024.

CASAL, Manoel Aires do. Corografia Brasílica. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1945. 72 p.

Comitê de Fomento Industrial de Camaçari – CFIC. **O Polo Industrial de Camaçari.** Camaçari, 2024. Disponível em: <https://www.coficpolo.com.br/pagina.php?p=1>. Acesso em: 12 dez. 2024

COSTA, Sérgio Rodrigues. BUENO, Miguel Garcia. A Saga do Algodão: das Primeiras Lavouras à Ação na OMC. **Insight Engenharia,** Rio de Janeiro, 2004 144p. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/culturasanuais/livros/A%20SAGA%20DO%20ALGODAO.pdf>. Acesso em: 07.out.2024.

Inteligência de Mercado – IEMI. **Relatório Brasil Têxtil 2024.** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://iemi.com.br/produto/brasil-textil/>. Acesso em: 17 dez. 2024

KRONKA, Eleni. Brasil Têxtil aponta alta no consumo de fibras têxteis em dez anos. **Inteligência de Mercado.** São Paulo, 30 jan. 2024. Disponível em: <https://iemi.com.br/brasil-textil-aponta-alta-no-consumo-defibras-texteis-em-dez-anos/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MARIANI, Clemente. Antiga Preeminência Econômica da Bahia. p. 118-183. PESSOTI, Gustavo Casseb (Org.). **Memórias da Economia Baiana.** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Salvador, 2020. 408 p.

PEREIRA, Thales Augusto Zamberlan. Lavoura de Homem Podre? Escravidão nas Regiões Algodoeiras do Brasil (1800 -1850). **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol.48 n.4, p. 623-655, out.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/129121/148657>. Acesso em: 07.out.2024.

PORTUGAL TÊXTIL. **Fibras Batem Recorde**. 2023. Disponível em: <https://portugaltextil.com/fibras-batem-recorde/>. Acesso em: 11 dez. 2024

SÃO PAULO. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. **Caroço de Algodão na Alimentação Bovina**. São Paulo, Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/publicacoes/acervo-tecnico/caroco-de-algodao-na-alimentacao-bovina>. Acesso em: 04 dez.2024.

SOUZA, José Gileá de. SOUZA, Laumar Neves. SPINOLA, Noelio Dantaslé. Ascenção e Queda de um Centro Industrial Urbano: A Península de Itapagipe em Salvador/Bahia. **Revista Baru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**. Goiânia, v.5, n.2, p.341-362, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/34123683>. Acesso em: 27 nov.2024

SILVA, Bruna Makysine Alcantara. **Qualidade Química e Física do Solo Sob Diferentes Usos no Cerrado da Bahia**. TCC - Bacharel (Engenharia Agronômica). Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Barreiras, 2021. Disponível em: <https://saberaberto.homologacao.uneb.br/server/api/core/bitstreams/940e6d7d-d511-45ad-ab26-4ae547970ca6/cont> ent. Acesso em: 29 nov. 2024

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A TRILHA PERDIDA: Caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Ed. UNIFACS. Salvador, 2009. 528.p.

VAINSEMCHER, Semira Adler. **Algodão**. Recife, 2009. Fundação Joaquim Nabuco Disponível em : https://www.caestamosnos.org/pesquisas_Semira/_pesquisa_semira_adler_Algodao.htm. Acesso em: 05.out.2024.